

FUTEBOL:



ROBERTO DA MATTA

* Uma versão completa deste trabalho se acha no livro organizado por mim, *Universo do futebol*, Edições Pinakothek, Rio de Janeiro, que também congrega artigos de Luiz Felipe Baêta Neves, Simone Guedes e Arno Vogel. Uma versão resumida apareceu em *Le Debat*, n.º 19, Fev. 1982, Gallimard, Paris. Gostaria de deixar clara aqui a minha dívida intelectual para com os referidos trabalhos de Baeta Neves e Arno Vogel.

Se você entrevistar dez membros da elite brasileira, pedindo a cada um a lista do que gosta e do que odeia, certamente o futebol, o carnaval, o jogo do bicho e a cachaça surgirão na coluna das coisas detestáveis, do lado massificador e alienante da vida em geral e do Brasil em particular. E, muito curiosamente para o seu inquérito e para a reflexão sociológica, certas formas de "radicalismo chic" irão aparecer entre as coisas "que eu mais admiro", junto com a música barroca, os quadros de Pancetti, as calças *jean*, os autores franceses e, naturalmente, o Lula. Explicar essa antinomia tem sido um dos objetivos da minha carreirinha como antropólogo social, pois entendo que essa relação aparentemente casual e contraditória é coerente numa sociedade onde se preza a liberdade e até mesmo a igualdade, desde que se pertença à família apropriada, tenha-se estudado no lugar certo e se possua a ideologia a mais "aberta".

Como as pessoas que escrevem são justamente os filhos, enteados, maridos, afilhados, amigos e sócios desta elite, eles *naturalmente* só falam dos temas nobres para a chamada "vida nacional". Como, por outro lado, ninguém da elite vai ver futebol, carnaval ou jogar no bicho, deixa-se de lado tudo o que é classificado como do "povo", porque aqui teríamos a revelação da alienação que uma sociologia generosa e bem-intencionada deveria tratar de erradicar. Sem discutir o generoso e as boas intenções desta postura, chamaria a atenção para

o perigo das globalizações normativas, porque estas podem deixar de lado a questão da sociedade brasileira. E não há dúvida de que sem passar a sociedade e seus sistemas de classificação pelo crivo da interpretação crítica estaremos todos muito longe de uma visão realmente transformadora do Brasil.

E o país, sabemos, não é fácil. Vale dizer: estamos descobrindo que não há um modelo único do Brasil, embora se possa falar num "modelo brasileiro" ou usar paradigmas europeus e norte-americanos para esclarecer o caso do Brasil. Como diria Geertz, temos muitos modelos *para* o Brasil, e isso talvez seja o grande avanço das nossas Ciências Sociais nos últimos anos, mas não temos mais um modelo exclusivo *do* Brasil. Básico, parece-me, é descobrir que estamos nus e sós diante de nós mesmos e que cabe a nós e não a Freud, Marx, Weber ou Durkheim, nos dar de pacote ou presente — a teoria do Brasil.

Tenho salientado no meu trabalho (cf. Da Matta, 1973, 1979, 1981 e 1982) que uma das dificuldades para se entender o Brasil é a nossa mentalidade linear, que situa uma coisa depois da outra. Estou convencido de que o Brasil é uma sociedade muito mais dada a relações e simultaneidades do que a linearidades e rupturas. Na nossa terra, é mais fácil ter uma combinação "teoricamente impossível", do ponto de vista histórico-social, do que romper com a constelação institucional que a sustenta, e que nossa teoria insiste em perceber como uma

"etapa histórica" que milagrosamente sobrevive entre nós. O fato, porém, é que a sociedade brasileira é pródiga em combinações e ligações que, à primeira vista, são inteiramente deslocadas ou até mesmo impossíveis. Assim, é mais fácil ser católico e umbandista, milionário e socialista, aristocrata e populista, *ao mesmo tempo*, do que ser uma só dessas coisas num dado momento da existência. Tal como ocorre no plano da sociedade, onde combinamos, de forma teoricamente complexa, autoritarismo estatal, patronagem familística e um capitalismo moderno que opera eficientemente em muitas áreas. Geralmente somos ideólogos na *rua*, e adotamos o senso comum tradicionalista em *casa*, quando funcionamos governados por uma ética das relações pessoais e da família. O que é, porém, fascinante em tudo isso é não nos darmos conta das implicações sociais e políticas destes dois modos avessos de ler ou interpretar a nossa realidade. Assim, não conseguimos perceber bem até hoje que a questão não está somente em termos um capitalismo "selvagem" e autoritário. A questão está em descobrir que vivemos numa sociedade que relaciona intensa e funcionalmente dois sistemas: um de mercado, acoplado a um aparato legal, fundado em leis universais e no indivíduo como sujeito; e outro, de redes imperativas de relações pessoais, que funcionam hierarquicamente, mantendo os velhos privilégios elitistas. O problema não seria ter capitalismo em excesso mas ter capitalismo pela metade. Isto é, um sistema onde o mercado e as leis universais somente operam para baixo, no sentido dos que não têm uma representatividade por meio do nome, das relações ou dos bens de família. A raiz do nosso autoritarismo, deste modo, estaria nesta simultaneidade ou nesta capacidade de relacionar laços de família, amizade e compadrio (com suas éticas de patronagem e considerações) e um sistema de leis universais que são constantemente colocadas em xeque pela lógica dos laços pessoais.

Penso que é neste quadro social que poderemos interpretar a popularidade e a importância de um esporte como o futebol.

O conceito do drama

Não estabeleço neste trabalho a famosa dicotomia esporte/sociedade. Entendo que o futebol (como tudo o que

funciona na sociedade brasileira) é um veículo para dramatizações de problemas importantes. Se estudo o esporte, quero me aproximar desta atividade buscando entendê-la como parte da sociedade e não em oposição reificada a ela. Acho que quanto mais estudo o futebol praticado no Brasil, mais terei possibilidades de entender a sociedade brasileira, que também se manifesta pelo esporte. A noção de drama social, que se inspira na obra de Max Gluckman (1958) e Victor Turner (1957, 1974), é o conceito fundamental que permite articular o observado no dia-a-dia (os jogos de futebol e a infra-estrutura do esporte) com valores sociais mais básicos. Isto porque o drama, conforme tem indicado Turner, é uma ocasião onde as normas sociais entram em crise e são pensadas de forma reflexiva. Não são mais vividas como trilhos por onde pode correr tranqüilamente a vida social, mas são vistas como questões e obstáculos que impedem a realização das vontades de grupos, categorias e pessoas. Os dramas servem como indicadores de normas, relações e instituições nas suas operações concretas e em processos sociais. Um dos pressupostos básicos da idéia de drama social é que uma sociedade sempre se reproduz a si mesma em quaisquer domínios sociais que institui em seu meio. Assim, as dramatizações da esfera econômica se traduzem no plano político, religioso e até mesmo na culinária, conforme a demonstração de Claude Lévi-Strauss.

O futebol praticado, vivido e teorizado no Brasil seria um modo específico — entre outros — pelo qual a nossa sociedade fala, apresenta-se, revela-se, exibe-se, deixando-se descobrir. Apreciar sociologicamente a singularidade desta "leitura" do nosso sistema social por nós mesmos através do futebol é um dos principais objetivos deste trabalho.

A especificidade do futebol brasileiro

Estudemos comparativamente o significado relativo do futebol em diferentes sociedades. Vejamos como o esporte (e o futebol) são conceituados na sociedade inglesa e norte-americana, em contraste com o modo como essas mesmas atividades são concebidas no Brasil. Para americanos e ingleses, o *football*, o *tennis*, o *baseball*, o *soccer*, o *golf* etc. são *sports*; ao passo que, para os brasileiros, a pa-

lavra *futebol* nunca surge sozinha, mas é sempre precedida do qualificativo *jogo*. Assim, no Brasil, vai acontecer um "jogo-de-futebol", o evento foi "um jogo bom ou ruim". Não é apenas uma questão de falar de futebol, mas de comentar ou discutir um "jogo-de-futebol". A posição específica do futebol (e do *esporte* em geral) varia em cada sociedade. No caso brasileiro, o fato de existir uma associação entre futebol e "jogo" denota duas idéias que, no caso da sociedade americana, seguem separadas. Uma delas é a idéia de "jogo de azar" que, no Brasil, é indicada pela expressão "jogo", mas nos Estados Unidos e na Inglaterra é designada por *gamble*, algo que está distante da atividade esportiva propriamente dita, embora possa obviamente fazer parte de sua constelação ou das organizações que o esporte permite articular. A outra é a idéia relativa à atividade esportiva que, na definição consagrada do Dicionário Oxford, é "a diversion of the nature of a contest, played according to rules and decided by superior skill, strenght, or good fortune".¹ Observo que a ênfase da conceituação do "esportivo", no universo social anglo-saxão, está na competição, na técnica e na força, ficando a sorte em último lugar. Parece, pois, que nos Estados Unidos e na Inglaterra o domínio do esporte tem muito a ver com a ênfase no controle do físico e na coordenação de indivíduos para formar uma coletividade. Ao passo que, no Brasil, o esporte é vivido e concebido como um *jogo*. É uma atividade que requer táticas, determinação psicológica, habilidades técnicas, mas *também* depende das forças incontroláveis da sorte e do destino. Realmente, nos comentários após os jogos de futebol no Brasil, existem muitas situações onde se sabe que um dos times não jogou somente contra o tempo e o adversário, mas também contra o destino, que deve ser modificado ou corrigido para que a vitória possa lhe sorrir.

Não deve ser por acaso que, em certos países, o futebol esteja associado a um sistema nacional de loteria. No caso específico do Brasil, a chamada "loteria esportiva", inteiramente relacionada ao futebol, permite atualizar um conjunto de valores associados ao sistema brasileiro da sorte e do azar, inclusive com o apelo mágico às entidades sobrenaturais das chamadas religiões afro-brasileiras (como a umbanda) e do catolicismo popular. Através desta associação do fu-

tebol com a loteria esportiva são vários os jogos de futebol que são "jogados", em planos diferenciados, mas simultaneamente. Há um jogo que se passa no campo, jogado pelos jogadores como atividade profissional e esportiva. Há um outro jogo que se passa na *vida real*, jogado pela população brasileira, na sua constante busca de mudança para seu destino. E um terceiro jogo, jogado no "outro mundo", onde entidades são chamadas para influenciar o evento e, assim fazendo, promover transformações nas diferentes posições sociais envolvidas na ocasião esportiva. Tudo isso revela como uma dada instituição, no caso o *football association*, inventado pelos ingleses, pode ser diferencialmente apropriado. Neste sentido, o futebol praticado no Brasil deve ser visto não só como um esporte, mas também como o jogo de todo um outro conjunto de valores e relações sociais.

Paralelamente, sabemos que o futebol brasileiro se distingue do europeu por sua improvisação e pela individualidade dos jogadores, que têm, caracteristicamente, um alto controle da bola. Deste modo, o futebol é, na sociedade brasileira, uma fonte de expressão individual. Realmente, é pelo futebol praticado nas grandes cidades que o povo brasileiro pode se sentir pessoalizado. Do mesmo modo, é dentro de um time de futebol que um membro da massa anônima e desconhecida, o chamado "povão", pode tornar-se uma estrela e ganhar o centro das atenções como pessoa, como uma personalidade singular, insubstituível e capaz de despertar atenções (cf. Da Matta, 1979: Cap. IV).

Tomemos duas dramatizações básicas do futebol no Brasil e passemos ao estudo de suas implicações sociais e políticas mais importantes.

Duas dramatizações do futebol

a. Destino e biografia

Tudo leva a crer que o *destino* como categoria social é a tentativa que fazem algumas sociedades de estabelecer uma mediação entre o conjunto de forças pessoais, que move o mundo, e as pessoas, com suas biografias, desejos e necessidades, que vivem neste mundo. A idéia de *destino* permite construir uma "ponte" entre o plano individualizado das biografias e as forças que naquele sistema são vistas como tendentes a "jo-

¹ "Uma diversão, de espécie competitiva, em que se atua segundo regras, e que é decidida por habilidade, força ou sorte."

o jogo de futebol
como uma
metáfora da
própria vida

gar" com cada biografia e com cada vontade. É precisamente esse choque e essa luta que a idéia de *destino* parece exprimir. Creio que esse choque é um ponto crítico em sistemas sociais marcados por um individualismo não radical, diverso daquele que parece caracterizar as sociedades da Reforma protestante e da Revolução Industrial. Em sistemas que estão a meio caminho, a idéia de destino parece ser uma categoria básica.

Como o futebol é constituído de regras fixas, esse drama surge claramente. Assim, o jogo de futebol demarca com nitidez uma interação complexa entre regras universais (as regras do jogo) e vontades individuais (das equipes e jogadores, em confronto). O resultado disso, como vitória ou derrota, é uma boa metáfora para o jogo como destino e biografia, tema básico da própria sociedade brasileira.

No futebol (como na chamada "vida real"), os homens estão relacionados em times (e famílias), pretendem vencer e atuam com um certo estilo. Mas não podem controlar as ações da equipe adversária, ou as coincidências, os erros e os acertos que decorrem do próprio jogo. Mesmo quando uma equipe apela para meios mágicos de vitória (o que é muito comum no futebol brasileiro), a vitória pode ser situada no plano do favorável, mas nunca no da certeza. Ora, é precisamente essa interação complexa do time com o time adversário, do time com ele mesmo, das duas equipes com as regras que governam o espetáculo e das equipes, regras e público com os controladores da partida (juízes e bandeirinhas) que cria o fascínio exercido pelo futebol enquanto um jogo e um *drama*. É sem dúvida essa complexidade que permite tomar o *jogo de futebol* como uma metáfora da própria vida.

Imagine uma equipe treinada, com jogadores altamente motivados e habilitados, todos excelentes em termos físicos e disciplinares. Junto a esses fatores uma campanha futebolística perfeita. No último jogo desta equipe, decisivo para a conquista do título de campeão mundial de futebol, ela deverá defrontar-se com um outro time também poderoso, mas cuja campanha foi muito mais irregular e inferior. De fato, tão irregular que só terá direito ao título de campeão se conquistar uma vitória. Um empate dará o campeonato ao nosso time perfeito. Na mente de todos, não há dúvida de que o time mais motivado, treinado,

que realizou a melhor campanha, será o campeão. É uma questão de justiça e de ordem. E, no entanto, no jogo decisivo, este time invencível, que contava com tudo a seu favor, perdeu.

Como isso pôde acontecer?

Essa foi a pergunta que todos fizeram no Brasil quando, em junho de 1950, a equipe brasileira foi derrotada no Rio de Janeiro, pela equipe uruguaia, no final do campeonato mundial de futebol. Essa derrota tem um peso muito grande e deve ser investigada de nossa perspectiva. Primeiro, ela é talvez a maior tragédia da história contemporânea do Brasil. Porque envolveu a coletividade e trouxe uma visão solidária da perda de uma oportunidade histórica. Segundo, porque ela ocorreu no início de uma década na qual o Brasil buscava marcar o seu lugar como nação que tinha um grande destino a cumprir. O resultado foi uma busca incansável de responsabilidades para essa vergonhosa derrota. E é neste processo de "alocação de responsabilidades" (cf. Gluckman, 1972) que devemos encontrar as razões sociais da dramatização em estudo.

Após a derrota, falou-se de *destino* e de *má sorte*. E o destino neste caso indicava uma sociedade que pretendia escapar de sua posição de derrotada. Tal "golpe do destino" fez com que muitos brasileiros fossem tomados de uma tremenda desilusão quanto a planos e projetos detalhados. De que valia tudo isso, perguntavam amargamente, se no final eram derrotados e a boa sorte não lhes sorria? Mas as explicações não ficaram neste nível geral. Vários jornalistas, conforme revela o trabalho de Guedes (1977), trataram de detalhar melhor essas forças do destino, identificando-as nos *fatores raciais*. A derrota, portanto, foi explicitamente atribuída à nossa infeliz constituição racial e ao peso enorme que carregamos como uma sociedade formada por vários grupos inferiores como "índios" e "negros". Dois jogadores do selecionado brasileiro, ambos negros e membros da defensiva do time nacional, foram situados como exemplos deste destino triste e inferior.²

Fez-se aqui uma junção entre o "jogo de futebol" e o "jogo da vida". De modo que a derrota para o Uruguai foi tomada como uma metáfora para as "derrotas" da própria sociedade brasileira, sempre submetida às forças impessoais do destino. O futebol, portanto, trouxe à superfície o dilema entre motivações vivas

² Mário Filho, autor de um estudo que durante anos foi singular como um trabalho de especulação sobre a importância do nosso futebol, diz a propósito deste assunto: "A prova (da derrota de 1950) estaria naqueles bodes expiatórios, escolhidos a dedo, e por coincidência todos pretos: Barbosa, Juvenal e Bigode. Os brancos do escrète brasileiro não foram acusados de nada". Mário Filho, é claro, é um otimista. Os jogadores foram escolhidos *precisamente* porque eram pretos e mais, eram todos membros da defensiva do time brasileiro. E nós sabemos que, na alocação das responsabilidades da derrota, a defesa é sempre mais culpada que o ataque. Na vitória, a situação se inverte. (Cf. Mário Filho, 1964.)

e atuais, que desejam vencer, e as forças da "raça" — impessoais e incontroláveis —, que acabam conduzindo à derrota. A derrota no futebol acabou reativando um velho modelo cultural pessimista, expresso no drama de uma sociedade que se acredita "racialmente impura".

Se o futebol então é bom para ser visto, ele também serve para dramatizar e pôr em foco os dilemas de uma sociedade. Do mesmo modo, o tema do destino, como uma categoria expressiva do conflito entre vontades individuais e força coletiva impessoal, surge no racismo erudito dos intelectuais, para quem a sorte do Brasil está (ou estava) lançada pelas forças impessoais de uma história biológica cuja dinâmica estava longe da vontade dos homens. Por outro lado, no carnaval e na música popular, isso para não falar de religiões brasileiras como a umbanda, o *destino* ocupa um papel básico como teoria explicativa do sofrimento e do sucesso humanos.

Dentro deste quadro cultural, onde o destino ocupa um lugar tão importante, pode-se entender a conquista do tricampeonato mundial de futebol, em 1970, como uma espécie de *vingança nacional*. Um momento único em que toda uma sociedade podia, finalmente, experimentar a vitória contra essas forças impessoais que sempre a colocaram no fundo do poço. Simultaneamente com esse processo, veio uma redefinição do valor da "raça", sobretudo da "raça negra", como fundamentalmente positiva. Creio que é desta posição que podemos entender o fenômeno Pelé e o seu coroamento como "Rei do Futebol". Pois se o negro, visto como inferior pelos racistas brasileiros, é o responsável pela derrota trágica de 1950, o supernegro Pelé, com sua "arte" e sua "malandragem", é o responsável pela vitória do Brasil nos campeonatos mundiais subseqüentes. Por outro lado, essa valorização da "raça" veio acompanhada de uma explosão carnavalesca todas as vezes que a equipe do Brasil vence e chegava mais próxima do título. Assim, após cada jogo, multidões iam para as ruas cantar em coro *slogans* grosseiros e depreciativos contra as equipes estrangeiras que haviam sido derrotadas. Era como se o mundo tivesse sido totalizado pelo futebol, de modo que o desempenho futebolístico servia de medida para tudo. Não se tratava mais de equipes de futebol, mas de sociedades cuja essência era medida pelo futebol.

E isso não é tudo, pois que através

do futebol se pode realizar uma outra dramatização muito importante. Trata-se da reificação que o jogo permite, quando deixa que uma entidade como um "país" ou um "povo" seja experimentada empiricamente como algo visível, concreto, determinado. Como uma equipe que sofre, vibra e vence adversários. Como um time que reage aos nossos incentivos positivos e negativos. Ora, num país onde a massa popular jamais tem voz e quando fala é através dos seus líderes, dentro das hierarquizações do poder, a experiência futebolística parece permitir uma real vivência de "horizontalização do poder" por meio da reificação esportiva. O povo vê e fala diretamente com o Brasil, sem precisar dos intermediários que totalizam o mundo social para ele, e em seu nome. É pelo futebol, então, que se permite à massa uma certa intimidade com os símbolos nacionais. É só nos dias dos jogos da "seleção brasileira" que se pode observar o povo vestido com as cores da bandeira nacional, vivendo uma experiência concreta da "união nacional".³ Nestes momentos de "carnaval cívico", criados pelo futebol, os símbolos sagrados da pátria (que no Brasil são cercados de regras em termos do seu uso) deixam de ser propriedade do "governo" e das "autoridades", para se disseminarem pela massa anônima que com eles celebra uma relação de franca e desinibida intimidade.

b. Regras universais e desejo de grupos e indivíduos

Grande parte das *discussões* do futebol no Brasil são sobre o problema da aceitação (ou não aceitação) das regras do jogo como um sistema imutável e fora de questão. Ou seja: das regras como um sistema que está realmente *acima* do poder político, religioso, econômico dos clubes e das equipes e, naturalmente, da vontade dos torcedores, sobretudo dos torcedores poderosos. Muito do que se discute, portanto, revolve em torno da aceitação das regras do jogo como normas universais e das conseqüências disso quando sua aplicação é realizada de modo automático pelo "juiz" da partida. Deste modo, a questão do "espírito esportivo" ou "espírito olímpico" é fundamental neste tipo de dramatização. Conforme falamos, os times "devem saber perder" e é certamente por causa disso que o juiz e os bandeirinhas são freqüentemente culpa-

³ Veja-se, como documentário do que acabo de dizer, o exaltado artigo de Otto Lara Resende, intitulado "Brasil bola Brasil-Pelé pátria Pele", publicado quando da vitória do tricampeonato mundial de futebol em 1970 e publicado no *Jornal do Brasil*, no dia 29 de junho de 1970.

as regras como
um sistema
que está acima
do poder
político

dos pela derrota de um time, tendo que pagar as consequências dos seus erros. São, de fato, legião, as agressões a juízes e bandeirinhas neste contexto da aplicação das regras e a sua discussão pela equipe que se sentiu prejudicada.

Mas "saber perder" significa aceitar a igualdade como o axioma fundamental do jogo. Princípio sem o qual a própria idéia de jogo torna-se impossível de ser pensada. Como indicou Lévi-Strauss, no jogo a idéia básica é a da igualdade no início da atividade, quando começa a disputa. Mas é exatamente essa igualdade inicial que deverá transformar-se no decorrer da partida, cedendo lugar a uma dissociação no final (cf. Lévi-Strauss, 1962: Cap. 1). Mas é preciso observar que o jogo só pode operar como instituição, caso ambos os partidos (e a sociedade em geral) estejam de acordo com a diferenciação final em vitorioso e derrotado. A igualdade perante as regras universais é, assim, o ponto central da atividade que denominamos "jogo". No caso do ritual, as coisas parecem se passar de modo diverso. Aqui, o oficiante sabe muito mais das "regras" ou da "etiqueta" do sagrado do que seu cliente para quem ele está operando o rito. Deste modo, a igualdade do jogo, em contraste com a desigualdade do ritual, é uma igualdade dos disputantes perante regras que operam universalmente, tendo de ser acatadas por todos. Ao passo que no ritual elas operam com gradações e hierarquias, pois o oficiante está mais próximo do sagrado do que o cliente ou seguidor.

Com essa idéia não será surpresa verificar que o advento do esporte como uma atividade mobilizadora de recursos materiais e humanos nacionais e internacionais é algo paralelo ao nascimento da sociedade individualista e igualitária moderna. Vale dizer: de uma ordem social fundada no fato básico que é o reconhecimento de leis universais, aplicáveis a todos os indivíduos. Um dos traços distintivos da sociedade tradicional é a desigualdade vista como algo natural. O resultado da institucionalização da desigualdade em todos os níveis é a multiplicidade de regimes legais e jurídicos vigentes no mesmo corpo social. Assim, na sociedade tradicional, o mesmo crime cometido por pessoas situadas em ordens sociais diversas era julgado de modo diferente. Havia leis particulares, já que se pensava que deveria existir tantas leis quantas fossem as situações e quantos

fossem os interessados. É o regime do privilégio, da lei particular, feita para uma pessoa ou para um grupo social.

Pois bem, a institucionalização da disputa esportiva vai depender diretamente da vigência de regras universais, às quais todos se submetem. Esse é um dos traços básicos do esporte como atividade moderna, pois sem ele a competição individualizada, tal e qual nós a entendemos, é impossível.

Por outro lado, a aceitação de regras universais é uma mera reprodução — a nível de um outro domínio — do princípio ético burguês da igualdade perante o mercado e diante da lei.

No caso brasileiro, porém, essa igualdade estrutural é um ponto de tensão entre grupos, do mesmo modo que sabemos que existem vestígios claros da ordem tradicional no Brasil. Assim, militares e profissionais liberais, por exemplo, têm direito a prisão especial em caso de crimes, isso para não falar nos "direitos" aceitos como legítimos, conferidos aos parentes de quem ocupa posições de prestígio e poder. De certo ponto de vista, portanto, o dilema brasileiro — conforme disse alhures (cf. Da Matta, 1979) — pode ser entendido como uma tensão entre relações pessoais que garantem um mundo pessoalizado, feito de gradações, e leis universais que exigem o oposto, pois conferem igualdade teórica a todos e demandam a liquidação dos privilégios pessoais e de família. O Brasil, como outras sociedades com um forte ranço tradicional (dado na ênfase nas relações pessoais, verticalizadas e hierárquicas), tem dificuldades para aceitar o postulado da igualdade entre todos, sobretudo quando se trata de regras ligadas aos processos de transmissão do poder e decisão política entre grupos.

Em sociedades assim constituídas, creio que a popularidade do futebol jaz na capacidade do esporte possibilitar uma experiência com "estruturas permanentes". Um permanente que se define por meio de regras universais que ninguém pode modificar. Assim, ao contrário da política, onde após cada derrota (ou ao simples vislumbrar da derrota) os grupos dominantes buscam modificar as regras do jogo, o futebol proporciona uma experiência exemplar de legitimidade e de acatamento às leis. Aqui as regras não mudam e isso faz com que todos sejam iguais no campo da disputa. Derrota ou vitória é o prêmio a ser efe-

REFERÊNCIAS:

- DA MATTA, Roberto — O carnaval como um rito de passagem. *Ensaios de Antropologia Estrutural*, Petrópolis, Vozes, 1973.
- *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- *Universo do carnaval: imagem e reflexões*. Rio de Janeiro, Edições Pinakothek, 1981. (Com fotografias de João Poppe.)
- As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: *A violência brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- GLUCKMAN, Max — *An analysis of a social situation in modern Zululand*. Manchester University Press, 1958.
- Moral crises: magical and secular solutions. In: *The allocation of responsibilities*. Manchester University Press, 1972.
- GUEDES, Simoni Lahud — *O futebol brasileiro: instituição zero*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, 1977.
- LÉVI-STRAUSS, Claude — *La pensée sauvage*. Paris, Plon, 1962.
- MÁRIO FILHO — *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- PICKFORD, R. W. — The psychology of the history and organization of association football. *British Journal of Psychology*, XXXI, 1, 1940.
- TURNER, Victor — *Schism and continuity in an African society: a study of Ndembu Village life*. Manchester University Press, 1937.
- *Dramas, fields and metaphors: symbolic action in human society*. Ithaca & London, Cornell University Press, 1974.
- tivamente colhido por quem joga melhor. Trata-se da utilização do futebol como um instrumento que permite experimentar a igualdade. Uma forma de igualdade aberta e altamente democrática, pois que inteiramente fundada no *desempenho*. Diferentemente, portanto, das classificações rotineiras, onde as pessoas são definidas por meio de suas *relações* (pertencer a uma família, ter um título de doutor, receber um determinado espírito, tendo com ele relações de compadrio, trabalhar para alguém poderoso etc), no futebol, e em todas as atividades recreativas em geral, as classificações são feitas pelo desempenho, ou seja: são individuais. Deste modo, ninguém pode ser promovido a astro de futebol pela família, pelo compadre ou por decreto presidencial, mas deve provar suas qualidades numa experiência empírica — experiência que é muito rara na sociedade brasileira, onde todas as coisas têm o seu lugar e "quem é bom já nasce feito".
- Em um meio altamente hierarquizante, como é o caso da sociedade brasileira, o espaço criado pelo futebol (e por outras modalidades de "recreação", como o carnaval e as formas de religiosidade popular) abre a possibilidade da expressão individualizada e livre, quando alguém pode revelar-se como é, com suas habilidades e fraquezas, sem que com isso coloque em risco sua rede de relações pessoais. Mas o ponto que quero demonstrar é a ligação estrutural das possibilidades de expressão individualizada com certos domínios da sociedade brasileira. O que se verifica, como já busquei revelar alhures (cf. Da Matta, 1979), é que a chance de vencer pelo desempenho e pelos próprios méritos existe somente em áreas como o futebol, o samba, o carnaval, e todas as "artes" em geral.
- Em outras palavras, nas vertentes institucionalizadas e "estruturadas" da sociedade brasileira, o modo de relacionamento dominante e explícito é a estratificação e a hierarquização por meio de redes de relações pessoais. Neste plano, tudo tem um lugar e as variações individuais são impossíveis. Nas áreas como o *futebol*, o *carnaval* e a *umbanda*, variações individuais são possíveis, de modo que o individualismo e o "estrelismo" são ideologias dominantes nestas áreas.
- Essas considerações nos levam a um outro ponto muito importante. Se, de fato, carnaval, religiosidade popular e futebol são tão básicos no Brasil, tudo indica que, diferentemente de certos países da Europa e América do Norte, nossas fontes de identidade social não são instituições centrais da ordem social, como as leis, a Constituição, o sistema universitário, a ordem financeira etc., mas certas atividades que, nos países centrais e dominantes, são tomadas como fontes secundárias de criação de solidariedade e identidade social. Assim, é a música, o relacionamento com os santos e espíritos, a hospitalidade, a amizade, a comensalidade e, naturalmente, o carnaval e o futebol que permitem ao brasileiro entrar em contato com o *permanente* de seu mundo social. Nestes domínios, as regras não mudam e são aceitas indistintamente por todos. Temos, então, em comparação com os Estados Unidos, uma relação plenamente invertida e muito interessante do ponto de vista sociológico. Nos Estados Unidos a sociedade se reproduz através de sua moldura cívica, moderna e individualista, que é idêntica à nação e à sociedade. No Brasil, porém, a identidade nacional é múltipla. De um lado ela é dada num nível social pelas instituições populares mencionadas antes. Mas de outro ela continua reproduzindo (ainda que com dificuldades) os modelos norte-americanos e europeus ao nível da "nação" e do "governo", onde tais paradigmas são obviamente vigentes.
- O futebol no Brasil, assim, além de ser um esporte, é também uma máquina de socialização de pessoas, um sistema altamente complexo de comunicação de valores essenciais e um domínio onde se tem a garantia da continuidade e da permanência cultural e ideológica enquanto grupo inclusivo. Pois se as formas de governo e a Constituição mudam constantemente, e se as universidades, o padrão monetário e os partidos políticos fazem com que os brasileiros tenham dúvidas sobre sua sociedade enquanto nação moderna, aspirante a um lugar ao sol dentro de uma ordem mundial, é sempre verdade que futebol, carnaval e relações pessoais dizem que a sociedade brasileira é grande, criativa e generosa, tendo, como acontece com o futebol aqui praticado, um glorioso futuro.

Roberto Da Matta é professor de Antropologia no Museu Nacional.

Novos Estudos Cebrap, São Paulo,
v. 1, 4, p. 54-60, nov. 82